



Ministério da Educação
Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva



FILIPPE ANDRADE ALMEIDA

Um panorama sobre o Ensino de Geografia Política no Brasil em tempos de
caos e desinformação e o papel por ela desempenhado na manutenção do
sentimento de superioridade ocidental

UBERLÂNDIA

2026

Um panorama sobre o Ensino de Geografia Política no Brasil em tempos de caos e desinformação e o papel por ela desempenhado na manutenção do sentimento de superioridade ocidental

Filipe Andrade Almeida – Discente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia

Resumo em língua portuguesa

A partir dos materiais didáticos usados pelas instituições públicas no âmbito do Plano Nacional do Livro Didático, este trabalho busca fazer uma leitura com visão crítica e sob uma perspectiva decolonial sobre a história e contexto da geopolítica após 1945 e sua representação no contexto escolar, explorando como se aborda os sentidos comuns tão presentes e enraizados em uma sociedade informacional como a que nós vivemos e como compreender melhor a forma que podemos problematizar especificamente a metodologia do livro didático, considerando ao longo da história educacional contemporânea brasileira que o seu uso foi incentivado institucionalmente. Por fim ensaiar raciocínios acerca os impactos sociopolíticos acerca desta condição e a forma como ainda se perpetua discursos colonialistas e imperialistas, tentando nesta perspectiva desconstruir sentidos comuns que servem de discurso para a sociedade desta era digital através das mídias digitais em massa e do acesso instantâneo à informação.

Palavras-chave: Educação, Geopolítica, Contemporaneidade, Neoimperialismo, Desinformação.

Resumen en lengua española

A partir de los materiales didácticos usados por las instituciones públicas en el marco del Plan Nacional del Libro Didáctico, este trabajo busca hacer una lectura con visión crítica y desde una perspectiva decolonial sobre la historia y el contexto de la geopolítica después de 1945 y su representación en el contexto escolar, explorando cómo se abordan los sentidos comunes tan presentes y arraigados en una sociedad informacional como la que vivimos y cómo comprender mejor la forma en que podemos problematizar específicamente la metodología del libro didáctico, considerando a lo largo de la historia educativa contemporánea brasileña que su uso fue incentivado institucionalmente. Por último, ensayar razonamientos sobre los impactos sociopolíticos de esta condición y la forma en que aún se perpetúan discursos colonialistas e imperialistas, intentando desde esta perspectiva deconstruir sentidos comunes que sirven de discurso para la sociedad de esta era digital a través de los medios digitales masivos y del acceso instantáneo a la información.

Palabras clave: Educación, Geopolítica, Contemporaneidad, Neimperialismo, Desinformación.

Summary in English Language

Based on the teaching materials used by public institutions within the scope of the National Textbook Program, this work seeks to provide a reading with a critical view and from a decolonial perspective on the history and context of geopolitics after 1945 and its representation in the school context, exploring how common perceptions so present and entrenched in an informational society like the one we live in are addressed, and how to better understand the way we can specifically problematize the methodology of the textbook, considering throughout the Brazilian contemporary educational history that its use was institutionally encouraged. Finally, it attempts reasoning about the sociopolitical impacts of this condition and the way colonialist and imperialist discourses are still perpetuated, trying from this perspective to deconstruct common perceptions that serve as discourse for the society of this digital age through mass digital media and instant access to information.

Keywords: Education, Geopolitics, Contemporaneity, Neo-imperialism, Disinformation

Introdução

Ao escolher o curso de Geografia e o grau de licenciatura me vi em meio a um constante questionamento sempre que precisava fazer qualquer atividade de reflexão sobre as formas e conteúdo da minha futura ocupação, o trabalho educativo, sempre me questioneei como poderia contribuir ao ensino de geografia e para meu principal tópico de interesse, a geopolítica. Ao buscar uma interface entre eles percebi que vivíamos um momento único de ruptura na ordem geopolítica vigente e mesmo que o mundo tenha passado por constantes transformações sociais que tiveram reflexo direto das mídias digitais e em suas relações ao nível dos Estados nação dispostos na contemporaneidade, marcada pela necessidade de superação das formas e métodos tradicionais da educação e adesão de novas que atendam a formação integral de cidadãos, nosso papel e objetivo.

Nas primeiras aulas dos componentes curriculares específicos da licenciatura, fui apresentado por diversos docentes a perspectiva crítica através dos seus principais adeptos como Paulo Freire, Newton Duarte e Demerval Saviani (entre outros), a qual logo me identifiquei, entendi que meu trabalho enquanto docente, e este artigo inclui-se, deveria ser marcado por apresentar uma perspectiva diferente daquela que meus estudantes sempre encontraram na mídia e no senso comum, que os deixasse em dúvida e corroídos pela curiosidade, isso faria com que eles de fato pudessem decidir sua posição em meios as questões geopolíticas de forma consciente e com argumentos sólidos, um trabalho que permite os estudantes a enxergar outras possibilidades de leituras dos grandes marcos da história.

Também em minhas leituras, conheci a perspectiva decolonial através de Tatiana Fuly e Elisângela Santos de Amorim, que além de uma perspectiva crítica por natureza, quer desconstruir a visão eurocêntrica e ocidentalizada que temos do mundo a ser ensinado na escola, nela a mediação precisa garantir a superação das amarras que resistem desde o imperialismo moderno, e que sem sombra de dúvidas tem fortalecido a onda de nacionalismo, negacionismo e de preconceitos como xenofobia e racismo, de tempos em tempos, e precisa problematizar a estrutura social e a identidade que nos foi imposta, ou seja, a educação é a base para a verdadeira descolonização e a descolonização é base para uma sociedade crítica, inclusive para as questões de geopolítica.

Decidi analisar os materiais didáticos institucionais disponíveis hoje em escolas públicas, considerando que os discursos apresentados nesses materiais pouco mudaram como pude entender com Choppin (2004), busco entender qual é o papel que eles tiveram, durante a hegemonia da educação em perspectiva tradicional, para a construção dos discursos que hoje permeiam a mídia e os conteúdos acessados pelos jovens e que competem, injustamente, com a educação formal. Sua (não) evolução enquanto metodologia de ensino, apesar de não ser um objeto de estudo desse trabalho, é revelada juntamente com as políticas neoliberais de curricularização como uma estratégia do capital para reforçar uma narrativa de permanência do senso comum não apenas sobre as questões de geopolítica, mas esse será o nosso foco.

Inclusive, entender como os estes sentidos comuns e o processo de ensino-aprendizagem das questões geopolíticas atuais dialogam entre si para além da desigualdade que existe no contexto do estabelecimento das relações políticas e diplomáticas entre as nações que surgiram pela apropriação territorial do imperialismo ocidental da Idade Moderna, precisamos agora ser igualmente sensíveis ao falar sobre como podemos ensinar geografia política para os estudantes em um difícil momento para a problematização dessas questões, com a falta de vigor na manutenção da paz mundial como vivemos na atualidade, enfrentamos o crescente e perigoso nacionalismo, conflitos militares cada vez mais violentos e as ondas dos mais variados preconceitos em um mundo altamente conectado pelas mídias digitais e aparelhos eletrônicos, e a informação faz a diferença na forma como as pessoas se sensibilizam e compreendem essas questões.

E por fim, tento mostrar o impacto formativo que tive a partir das reflexões sobre uma perspectiva crítica e decolonial no âmbito do meu futuro trabalho educativo, entendo que expor não apenas mostra uma evolução do meu discernimento, mas pode servir de questionamento incisivo (e tem de ser assim) para como queremos ensinar geografia em um momento como o atual.

Metodologia

No 4º semestre do curso de Geografia, me matriculei na disciplina de Educação Geográfica, Currículo e Cultura Brasileira a qual considero, juntamente com a disciplina de Geografia Política e Geopolítica que cursei simultaneamente, a disciplina mais inspiradora da minha formação inicial como geógrafo e professor, e a qual originou minha ideia para a realização deste trabalho como minha conclusão no curso. Uma das atividades desta disciplina consistia em analisar livros didáticos e o quão sintonizados eles se encontravam com a BNCC, uma tentativa de entender as experiências de curricularização no contexto de estabelecimento de políticas neoliberais na educação brasileira, mas diferente dos meus colegas que se debruçavam a cada página do livro selecionado tentando estabelecer conexões com as habilidades propostas pelo currículo, outra coisa me preocupou ainda mais. Aqueles livros quase não se diferenciavam dos livros que eu havia recebido quando era aluno anos antes e não era apenas um problema de repertório, que facilmente seria atualizado, mas percebi o quanto os livros didáticos tendem a simplificar e normalizar termos, conceitos e ausência de fatos que são muito importantes para a contextualização dos assuntos referentes a geopolítica, temário ao qual me interessa.

É dispensável mencionar que retomei a análise de livros didáticos como parte crucial da metodologia deste trabalho, selecionei uma pequena quantidade de obras selecionadas pelo Plano Nacional do Livro Didático mais recente, a edição de 2024 para os anos finais do ensino fundamental e a edição de 2026 para o ensino médio, e aos quais eu tive acesso durante os Estágios Supervisionados II e III, onde trabalhei com docentes e turmas de anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. E esta análise é baseada em selecionar apenas os conteúdos relativos ao debate geopolítico e através de uma leitura conforme a minha perspectiva acadêmica, a crítica, e a partir dos conhecimentos que desenvolvi no âmbito da disciplina de Geografia Política e Geopolítica. Me esforcei para comparar o contexto histórico representado nos materiais didáticos e a abordagem usada

para a problematização dos conteúdos, portanto minha análise reside em uma verdadeira perseguição aquilo que considero deficiências e, no momento adequado, expor estes assuntos através da visão crítica e decolonial que ensaiarei humildemente durante este trabalho, através de uma suplementação via trabalho educativo, assim como traz Duarte (1998). As obras que selecionei e que tive acesso, e que contribuíram para esta análise são:

LIVRO DIDÁTICO	EDITORIA	PÁGINAS	ANO*
Jornadas Novos Caminhos - Geografia (8º ano)	Saraiva	300	2024
Jornadas Novos Caminhos - Geografia (9º ano)	Saraiva	300	2024
Teláris Essencial - Geografia (8º ano)	Ática	348	2024
Teláris Essencial - Geografia (9º ano)	Ática	332	2024
Jovens Sapiens - Geografia (8º ano)	Scipione	388	2024
Jovens Sapiens - Geografia (8º ano)	Scipione	388	2024
Do seu Jeito: Geografia (Ensino Médio)	Ática	512	2026

Tabela 1: Livros selecionados pelo autor para a etapa de análise de materiais didáticos disponibilizados pelo PNLD mais recente.

*Ano em que foi incluído no PNLD

Esta análise, diferentemente daquela conduzida no âmbito da disciplina de Educação Geográfica, Currículo e Cultura Brasileira, focou exclusivamente nos conteúdos de natureza geopolítica e nas formas que os autores desses materiais didáticos se apropriaram para a abordagem dos mesmos, desde já todas as obras se destacam pela inquietante permanência de uma preferência pelos temas acerca da política externa americana e de

seus aliados (ocidental), direta ou indiretamente, eles incluem a vitória dos países ocidentais como Exércitos Aliados, nascimentos de instituições internacionais sob liderança dos mesmos, guerras ideológicas e o apagamento ou a utilização de dados para retratar o Sul Global como subdesenvolvido ou emergente na perspectiva capitalista, esses temas serão abordados mais detalhadamente em breve. Este trabalho apresenta uma análise de uma determinada forma ou recurso didático-pedagógico usado comumente por docentes da educação básica em seu trabalho educativo, o livro didático, enfocando sobre o conhecimento dos fatos geopolíticos nestes presentes. Questão que marcou minha experiência durante a confecção deste trabalho, foi a constatação de confiança perceptível de que os estudantes, com os quais mantive contato durante a experiência formativa, sentem que dominam os conhecimentos de natureza geopolítica por estarem se informando a partir de fontes digitais. Cabe, no escopo deste trabalho, proceder uma profunda reflexão sobre esta “crença”

Como expliquei anteriormente, essa pesquisa está centrada na análise de livros didáticos que tive acesso no Estágio Supervisionado nos anos finais do ensino fundamental (entre Dezembro de 2024 e Maio de 2025) e no ensino médio (Junho de 2025 e Setembro de 2025), ambos realizados em escolas estaduais de Uberlândia (MG). Segundo a Base Nacional de Componentes Curriculares (BNCC, 2018), os conteúdos de geopolítica são apresentados nos anos finais do ensino fundamental (especificamente oitavo e nono ano) e no ensino médio através das habilidades a seguir:

HABILIDADE	O QUE PROPÕEM?
EF08GE06	Analisar a situação do Brasil e de outros países da América Latina e da África, assim como da potência estadunidense na ordem mundial do pós-guerra.
EF08GE09	Analisar os padrões econômicos mundiais de produção, distribuição e intercâmbio dos produtos agrícolas e industrializados, tendo como referência os Estados Unidos da América e os países denominados de Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).
EF09GE01	Analisar criticamente de que forma a hegemonia europeia foi exercida em várias regiões do planeta, notadamente em situações de conflito, intervenções militares e/ou influência cultural em diferentes tempos e lugares

EF09GE05	Analisar fatos e situações para compreender a integração mundial (econômica, política e cultural), comparando as diferentes interpretações: globalização e mundialização
EF09GE06	Associar o critério de divisão do mundo em Ocidente e Oriente com o Sistema Colonial implantado pelas potências europeias
EM13CHS102	Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos

Tabela 2: Habilidades da Base nacional Comum Curricular selecionadas para a realização do trabalho, autoria própria (2026).

A primeira parte da análise foi buscar nos materiais didáticos selecionados pelas suas unidades e capítulos que abordassem os conteúdos de ordem geopolítica, através de seu sumário, a partir de fotos que eu mesmo havia retirado quando tive acesso a esses materiais durante minhas atividades de estágio supervisionado em escolas dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. E posteriormente a elaboração de uma ficha de análise baseada nas habilidades, a única questão levantada nessa ficha era se havia concordância entre o exigido pela habilidade e o que era tratado pelo capítulo, ou seja, se o livro cumpria com essa habilidade no texto de seu capítulo destinado ao tema. E, desde já, adianto que todas foram cumpridas por todos os materiais, até porque esse é um pré-requisito para fazer parte do PNLD, que foi a forma que eu selecionei os materiais didáticos usados neste trabalho.

A segunda parte consistiu uma leitura crítica dos resultados obtidos, pois ciente de que a BNCC é resultado da história de apropriação da educação brasileira pelo grande capital, como todos os autores do pensamento de perspectiva crítico e decolonial a qual esse trabalho se inspira afirmam, sabemos que estas habilidades propostas são uma representação da precarização do sistema educacional e uma tentativa de negar a possibilidade de trabalhar com uma visão crítica e decolonial, e o meu desejo é apresentar uma possibilidade de inserir os conhecimentos de geopolítica nessa perspectiva.

Dispensei, entretanto, a análise de como esses materiais são selecionados por entender que não cabia neste trabalho tamanha reflexão, ainda que seja muito pertinente relacionar esse processo com a indústria de materiais didáticos muito ligada ao grande capital.

Por fim, reflito com base nos relatórios e diários que confeccionei durante o estágio onde me interessei com frequência, como poderemos ver, com a forma preocupante como a educação de perspectiva tradicional foi conduzida e nem sempre com uma mediação pedagógica crítica aos materiais didáticos usados e como isso impactou a sociedade a tal forma que descredibilizou a educação formal e as tentativas de propor alguma criticidade aos jovens atualmente, fortemente associado aos conteúdos digitais, rápidos e muitas vezes desinformativos.

Um – O sentimento de superioridade ocidental na construção social e da identidade no mundo pós-colonial e sua permanência no pós-guerra sob hegemonia dos Estados Unidos

O Ocidente, ou melhor, um pequeno grupo de monarquias da Europa Ocidental, que no contexto histórico abordado são absolutistas ou, na melhor das hipóteses, governos aristocráticos das elites burguesas pós-feudais, sistematicamente reivindicou uma superioridade em relação aos demais povos, não europeus ocidentais, que lhes dava um direito quase divino de promover um “processo civilizatório” nas “sociedades bárbaras” através da imposição de sua cultura e identidade, os autores Lima e Cardoso apresentam essa relação como base para a construção das relações coloniais do Ocidente com o restante do mundo, a base é a imposição de uma nova realidade onde o colonizador, mesmo com o fim do regime colonial, ainda detém um papel superior na hierarquia desta realidade proposta colonialmente.

“Nos regimes coloniais, investiu-se muito na construção de categorias sociais. Já que, criar categorias é uma atividade humana fundamental. É uma forma de ordenar o mundo e moldar a percepção sobre ele, também um ato de poder. Por isso, nomear, ordenar e construir relações é uma forma de criar uma realidade que se pretende absoluta (...)”. (LIMA, CARDOSO, 2021, p. 549)

Essa narrativa sem sombras de dúvidas moldou a história moderna dos povos subjugados pelo Ocidente e a sua instituição enquanto Estados-nação após a exploração colonial na Idade moderna, em um nível tão institucionalizado que é impossível reconstruir as ideias que baseiam e justificam o ato do Ocidente de colonizar o mundo durante a época, erroneamente compreendida como, da “Era dos Descobrimentos” ou “Grandes Navegações”. Mas sua problematização precisa, necessariamente, ocorrer dentro do âmbito educacional e através da reflexão do nosso trabalho docente. A construção de um sentimento de superioridade foi responsável pela indevida apropriação e exploração de recursos naturais que sustentavam impérios inteiros ao custo da vida de outras sociedades e isto é apresentado no âmbito de uma educação cega pela falta de crítica sem qualquer problematização e é isto que se vê nos materiais didáticos analisados.

Nossa própria formação em meio a uma academia que historicamente nasceu Positivista Clássica, fundada por exploradores que viajavam o mundo assim como eram os

burgueses, conquistadores e colonizadores os quais, inegavelmente, contemplamos com grande admiração e respeito desde a fundação da Academia da Geografia como uma cátedra e ciência, devido ao próprio processo de formação acadêmica destinado para que este sentimento existisse. Mas eis que surge uma nova corrente hegemônica na Geografia, que não substitui completamente as ideias e as posições defendidas Geografia Tradicional, mas a levemente crítica por não se preocupar em se inserir em um mundo marcado por transformações tecnológicas quase instantâneas de tão intensas, aponta necessidade de superar a contemplação da natureza e dos processos de transformação da paisagem e inserir um viés matemático ou técnico que explica como esse processo pode ser aproveitado, geralmente com foco no desenvolvimento territorial pelo capital (apropriação e reprodução pelo espaço), e geopoliticamente bipolar, dividido em dois blocos altamente militarizados (Guerra Fria) mas sempre com a neutralidade sendo um sacramento científico, um “não alinhamento político” que combinava muito bem com a ausência de liberdades individuais diante do contexto social e histórico da nossa república, a Ditadura Cívico-Militar (1964- 1985).

A educação aqui, marcada por um rigor militar e por valores altamente ideológicos e conservadores, inclusive bem representados pelo nome da disciplina “Educação Cívica e Moral” que incorporava o espaço escolar das aulas de geografia, impõem um simbolismo que retrata o lado ocidental (ou o secretamente certo a ser escolhido) como vencedor de conflitos militares graças ao seu desenvolvimento técnico e científico, capaz inclusive de ajudar a reconstrução de nações inteiras, incluindo aquelas que eram consideradas inimigas, que haviam sido devastadas pela guerra, ao passo que retratava a União Soviética e seus aliados como um mundo demasiadamente pobre, sem qualquer desenvolvimento e sofrendo com vertiginosas ditaduras, isso está presente nos materiais didáticos ainda que menos explicitamente até a atualidade e isso será constatado após a análise de materiais didáticos, mas por ora podemos apreender isto com base em Camargo e Reis Junior (2004).

“A escola Neopositivista de Geografia se caracterizou por promover uma revolução no pensamento geográfico, na tentativa de transformar a Geografia numa verdadeira ciência (“cientismo”). Essas transformações abrangeram três aspectos básicos. Uma primeira mudança foi a do ponto de vista filosófico, pois, superando o positivismo tradicional (...) A segunda foi do ponto de vista conceitual, procurando a racionalização e a sistematização da categoria “espaço” e das classificações regionais. Já a terceira foi puramente metodológica (...)” (CAMARGO, REIS, 2004, p. 357)

E esse movimento de superação da Geografia Positivista Clássica, apontado pelos autores, no contexto da educação consistiu não apenas no âmbito do conhecimento teórico-conceitual a ser trabalhado, ainda que as características próprias que diferenciam ambas correntes tenham um enfoque maior na problematização do romantismo, especialmente de uma academia de geógrafos inspirados na academia alemã, e um maior enfoque didático-metodológico em teorias e habilidades matemáticas, ou melhor

explicando, de memorização de dados e informações geográficas, tanto no aspecto das características físicas quanto das humanas, pautadas pela inspiração anteriormente mencionada de total neutralidade política. Há ainda um completo desprezo pela complexidade dos problemas sociais e econômicos que se manifestam tanto no meio quanto nos indivíduos, advindos especialmente pela lógica capitalista como apontado anteriormente, lembremos que não há espaço naquela academia para debater essa perspectiva, melhor dizendo, não há interesse pois ainda existe (ainda que in pectore) um apreço gigantesco pelo modelo capitalista imposto pelo Ocidente na Academia e que reflete nas suas formas e preocupações. Não podemos nos esquecer que, enquanto tudo isso ocorre nos corredores dos cursos de Geografia, ainda estamos sob a Ditadura Cívico-Militar (1964 – 1985) que era responsável pela administração da educação pública e, por consequência, das pesquisas acadêmicas, a corrente que estou buscando ainda está sufocada no nosso contexto, e sob a Guerra Fria, onde se impunha a escolha de um lado, mas a ciência não escolhe, tampouco critica, lados e o resultado é a permanência ainda que perversa.

Essas marcas sociais estão presentes em todos os âmbitos da nossa sociedade mesmo após o fim da colonização, são reflexo das contribuições do colonialismo, quando me proponho a analisar os materiais didáticos selecionados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD 2024 e PNLD 2026) e por outros programas do Ministério da Educação entendo que estes estão fortemente alinhados com a política educacional neoliberal e tecnicista estabelecida pela Base Nacional de Componentes Curriculares (BNCC) pois este é o resultado que temos pelas décadas onde as correntes críticas da Educação e a Geografia enquanto ciência, mas também na ciência como um todo, foram sufocadas pelas novas urgências do capital, que no âmbito institucional se traduziram pela imposição social e política de uma amputação da liberdade acadêmica. Essa é a história da educação e da produção científica de todo o mundo pós-colonial durante a crise do modelo capitalista na segunda metade do Século XX, desde antes já era urgente a prioridade da representação destes Estado-nação modernos ocidentais como grandes nações de homens exploradores corajosos (como vimos na própria Academia da Geografia) e pelo seu papel decisivo no processo de civilização e das contribuições que tiveram para o desenvolvimento tecnológico, econômico, cultural e social da humanidade com o consequente apagamento das contribuições feitas por outros povos, simplesmente porque reconhecer essas contribuições seria também confessar que esses povos não eram incivilizados e portanto que o colonialismo ocidental foi apenas uma longa série de crimes contra a humanidade, mas esta criticidade no ensino do que conhecemos como ciências humanas veio com lentidão, e esta representação nos materiais didáticos nunca veio pela própria apropriação destes pelo capital.

E, apesar desta representação prioritária não ser uma especificidade do sistema de ensino brasileiro, Amorim (2025) destaca que precisamos entender que essa construção social onde os Estados-Nação modernos e ocidentais como eticamente e moralmente superiores é uma narrativa muito enraizada na cultura, em especial de nações que foram anteriormente colonizadas pelo “Ocidente”, e isso se reflete no processo institucional de educação e representação dos nossos povos e suas culturas inclusive em materiais didáticos, ainda é resultado do imperialismo que, apesar de parecer ter ficado preso no passado, ainda é muito presente na forma como somos introduzidos historicamente e crucial para estabelecer sentidos comuns sobre o contexto geopolítico em que vivemos,

onde países são glorificados por ferir a soberania nacional de outros (pois estão salvando-os) enquanto outros são crucificados ao tentar defender sua autodeterminação, e essa questão só será superada se esta problematização ocorrer justamente dentro do ambiente educacional através do que a autora chamam de Educação decolonial, ou seja, uma educação crítica por natureza e preocupada em mostrar os impactos que a colonização teve na construção dos territórios, das identidades, nos estilos de vida e na reprodução das mesmas no espaço, através da ressignificação do significado de valorização dos povos não ocidentais e pelo reconhecimento de contribuição para a humanidade como igualmente significativo às verdadeiras contribuições ocidentais, como bem defende a autora citada.

O ensino de geografia, ênfase aqui na grande área da geopolítica, precisa se preocupar com a construção moderna e os desdobramentos contemporâneos das relações dos Estados-nação da Europa Ocidental e sua sucessão pelos Estados Unidos com o mundo, não apenas após a descolonização e o fim institucional dos impérios, uma relação marcada pela continuidade de imposições inclusive com intervenções militares e embargos econômicos, desrespeito a soberania nacional, a forma preocupante como esses assuntos são negligenciados ou flexibilizados nos materiais didáticos, sempre atentos aos sentidos comuns que a sociedade atualmente cultiva frutos desse passado e sensíveis o suficiente para desconstruir, pois como podemos perceber essa é a forma como esses temas são socializados e a forma como estão chegando até os jovens através das mídias, esse discernimento que nos cabe transmitir é o instrumento que garantirá a desconstrução dos métodos tradicionais e alcançar uma educação em perspectiva decolonial. Logo, esta perspectiva educacional defendida pela autora aqui citada aponta que precisamos agora ser igualmente sensíveis ao ensinar, neste caso geopolítica.

“A educação descolonizadora surge como necessidade para abandonar o pensamento do colonizador que corresponder à matriz colonial do poder. Parte do princípio de que não se pode fazer ação política transformadora de estruturas acadêmicas, sociais, econômicas, sem antes descolonizar a mente. Descolonizar é colocar-se contra as diferentes formas de dominação que existiram e existem e que nos impõem uma lógica de pensar. Cabe às teorias e práticas pedagógicas repensar essa história (...)” (AMORIM, 2025, p. 14)

A escolha e a intensidade com a qual os conteúdos que privilegiam a narrativa ocidental são trabalhados pelos materiais didáticos selecionados para chegarem às instituições públicas de ensino através do PNLD, durante toda a sua existência e existe vasta literatura que trabalha isto, é tão notável que no nosso próprio país o processo de curricularização educacional tentou ingenuamente, ou não, frear os impactos deste ao trazer legislações adicionais para que houvesse alguma atenção para as questões relativas aos Estados-nação não ocidentais, incluindo o próprio Brasil, mas ainda assim não foram suficientes, e a análise demonstrou isso em seus resultados, aportar adequadamente questões sobre o impacto geopolítico analisadas ainda havendo uma prioridade intensiva em favor das potências ocidentais. Isso eu posso concluir preliminarmente.

É visível que tanto professores de Geografia quanto os demais colegas da grande área de humanidades, por muito tempo, mesmo que trabalhando sob a perspectiva tradicional (sem intenção de promover qualquer ideologia) historicamente temos reforçado a ideia onde, após os trágicos e criminosos bombardeiros nucleares americanos as cidades de

Hiroshima e Nagasaki e a consequente rendição do Exército Imperial Japonês em 1945, nascia um mundo exaurido pelo peso de longos e turbulentos anos de conflitos militares, chocado pela experiência nazifascista e cujas fronteiras haviam sido, ainda que através de um banho de sangue civil inocente, completamente discutidas e relativamente definidas, visto a pouca diferença entre o mapa europeu de 1945 e o atual, mas só plenamente alcançado com os acordos conduzidos pelos governos vencedores (Exércitos Aliados) à posteriori, esse mundo supostamente almejava a paz e geralmente é daqui que se parte o processo de ensino-aprendizagem sobre este contexto histórico e geopolítico como apontará Vaisse (2013) em breve.



Figura 1: Mapa Político das Fronteiras dos Países da Europa em 1939 (OmniAtlas, 2019)



Figura 2: Mapa Político das Fronteiras dos Países da Europa atualmente (Escola Educação, 2018)

Mas é importante haver uma reflexão crítica sobre como conduzir o processo de ensino-aprendizagem nestes tópicos, e isso perpassa na minha opinião pela defesa de uma visão decolonial sobre este tema, pois ao abordarmos o fim da Segunda Guerra Mundial não basta apenas defender cegamente os Exércitos aliados pelo seu papel na derrota dos Exércitos do Eixo, da mesma forma que cumprimos o nosso papel ao transmitir nossa sensibilidade e indignação com os campos de concentração nazistas e a política perversa de perseguição da oposição política pelos fascistas temos igualmente a obrigação de mencionar os bombardeiros nucleares as cidades japonesas pelo Exército americano ou a forma como territórios poloneses e austríacos foram negociados pelos britânicos com os nazistas sem o consentimento ou mesmo a participação de seus governos escolhidos pelo seu povo. É uma nova ordem geopolítica que nasce a partir deste marco, e os Estados Unidos que estão consistentemente sendo retratados pelos nossos materiais didáticos como um Estado que entrou tardiamente na guerra inspirado pela eminente derrota das nações do eixo e que se manteve neutro na maior parte do conflito, na verdade estavam entre 1939 e 1945 fornecendo armamentos e munições que seriam usados em campos de batalha na Europa e na Ásia, diferentemente do resto do mundo os Estados Unidos não precisaram se reconstruir ao fim da Guerra, pois não haviam se tornado um grande campo de batalha com basicamente toda a Europa Ocidental e Sudeste Asiático haviam se tornado, e ainda tinha uma grande quantidade de recursos provenientes de uma poderosa indústria armamentista de guerra e da economia quase normalizada pela distância da devastação do grande conflito militar que se desenrolava do outro lado do Atlântico.

A partir dessa narrativa que eles constroem após as rendições do eixo a ganharem uma posição de liderança na reconstrução e pacificação, legitimada pela exposição dos crimes de guerra e contra a humanidade de seus inimigos derrotados, promovem um discurso de urgência da paz justamente por já entenderem desde aquele momento que seus recursos seriam úteis para a promoção de sua ideologia ao redor do mundo, aqui já haviam indícios do que mais tarde conhecemos como Guerra fria ou ideológica, e em uma educação sob perspectiva decolonial precisamos estar atentos em como isso é usado para garantir a manutenção do controle dos demais Estados-nação pelo Ocidente, mais especificamente

pelos Estados Unidos e sua esfera de influência ideológica capitalista, durante a fase final de descolonização (em seu ritmo mais acelerado) e consequente inevitável fim dos impérios ocidentais da Era moderna. Esse vácuo foi ocupado pelos Estados Unidos.



Figura 3: O Primeiro-Ministro Neville Chamberlain cumprimenta o líder fascista italiano, Benito Mussolini, durante reuniões para o Acordo de Munique para anexação de territórios da Tchecoslováquia de 1938. Mussolini era mediador internacional na ocasião.



Figura 4: O Primeiro-Ministro Neville Chamberlain exhibe à jornalistas em Londres um documento assinado por representantes do Governo Nazista no âmbito do Acordo de Munique para anexação de territórios da Tchecoslováquia de 1938.

Muito antes disso já havíamos experimentado uma situação semelhante, com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), o Presidente americano Woodrow Wilson propôs, num esboço do que já era um interesse por um papel central da mediação de paz e redução de conflitos ao redor do mundo pelos Estados Unidos, o que conhecemos como Quatorze Pontos, uma carta-discurso ao Congresso americano onde ele defendeu a criação de uma organização internacional e liderada pelo Ocidente claro, voltada para assegurar a paz mundial e evitar outro conflito com as proporções da Primeira Guerra Mundial, além é claro de promover à nível mundial o livre-cambismo, fim das barreiras econômicas e o direito à autodeterminação e independência dos povos, foi então que em 1919 sediada nos arredores de Paris foi criada a Liga das Nações, uma organização que fracassou em seus objetivos ao não conseguir impedir o expansionismo nacionalista radical da Alemanha Nazista, em 1946 esta entidade já estava extinta e, não muito mais tarde, foi sucedida pela já proposta Organização das Nações Unidas, através de uma carta homônima. É bem claro, mais sempre importante frisar, que grande parte do fracasso da Liga das Nações se deu em excluir os Estados-nação que eram alvo das ambições imperialistas, sejam da Alemanha ou de qualquer outra potência ocidental, acreditando que havia um privilégio em negociar com outros Estados quando se tinha o mesmo status na hierarquia do mundo capitalista imperialista que jamais poderia pertencer a outros Estados, nem mesmo quando eles eram parte da questão discutida, ou seja, mais uma manifestação deste sentimento de superioridade ocidental equiparável ao processo civilizatório pouco antes das primeiras colonizações modernas, ao tomarem para si esse papel eles deram brecha para alguns dos maiores problemas do Século XX como o nacionalismo radical, a militarização desenfreada e a hostilidade bilateral que não encontrou instâncias adequadas para ser mediada.

O trabalho educativo precisa expor esses contextos pois eles são fundamentais para que os alunos entendam como o desejo das potências ocidentais em estabelecer relações desiguais com Estados-nação orientais e do sul global sempre encontrou, na manipulação da narrativa dos eventos geopolíticos, a legitimidade e nos materiais didáticos analisados esses contextos são desprezados ou relativizados, como também concluo preliminarmente.

“Depois de seis anos de Guerra, os Aliados querem perpetuar a solidariedade entre as <Nações Unidas>, regularizar as questões decorrentes do conflito e garantir a paz no mundo, através da criação de um organismo internacional. Mas o nascimento de uma nova hierarquia mundial não significa por si só o regresso à paz, porque se é verdade que a aliança americana-soviética permite algumas decisões comuns, não é menos verdade que dentro em breve o que vai imperar é a desconfiança. (...) Procurou-se criar um organismo, aproveitando-se a experiência da Sociedade das Nações (SDN) que tinha falhado a sua missão no período entre guerras.” (VAISSE, 2013, p. 10)

Ao que tudo indica em 1945 haviam manifestações de ambição política por parte do Presidente americano Franklin Delano Roosevelt muito semelhantes ao de seu antecessor Woodrow Wilson, em ambas, fica claro a fragilidade e vulnerabilidade que ambos os líderes encontraram em nações do mais variados estágios de desenvolvimento capitalista mesmo que em diferentes contextos históricos, dizer não à Liga das Nações ou a Organização das Nações Unidas seria equivalente ao que o Império Alemão, a Alemanha Nazista ou a Itália Fascista, algumas das únicas que até então tinham feito, e levaria aquela

nação ao ostracismo em um mundo cada vez mais dependente de relações para se manter saudável economicamente. Mas percebe-se que são instituições que nascem não apenas do discurso de pacificação mundial, mas sim nos primeiros contornos da promoção ideológica, dificilmente poderíamos dissociar a Liga das Nações ou o grupo fundador da ONU do bloco de influência Ocidental, sob liderança dos Estados Unidos, pode-se até se dizer (e diremos) que confunde com o anteriormente discutido sentimento de superioridade ocidental, aqui ilustrado pelo poder de criar instâncias adequadas para solucionar as questões entre os Estados-nação.

Mesmo que tentemos compreender como processos que partem de filosofias convectivas, a educação em perspectiva decolonial deste conteúdo precisa sempre estar atenta que as relações dentro do grupo ocidental também são construídas pela relação de interesse em manter neste grupo o controle da narrativa sobre os eventos e marcos históricos geopolíticos, um exemplo muito ilustrativo de outro tópico que muito se encontra nos materiais didáticos do PNLD analisados por este autor, tanto quanto o surgimento da Organização das Nações Unidas para se ter um parâmetro, é a Lei Americana de Assistência Estrangeira de 1948, famosa por outro famoso nome de Plano Marshall, um pacote de investimentos de 12 bilhões de dólares ou deflacionados em 132 bilhões de dólares em valores para 2020, segundo Thomas e Williamson (2019), para reconstrução de infraestrutura essencial e da estrutura produtiva para a recuperação econômica e do mercado de consumo europeu ocidental, sem sombra de dúvidas algo que interessava os beneficiários, após a devastação causada pela Segunda Guerra, uma análise crítica permite visualizar que nada tem a ver com a questão humanitária ali enfrentada por aqueles Estados-nação, mas a sua reconstrução pelos Estados Unidos permitiria ocupar aquela esfera de influência de países que ainda ostentavam alguma influência mesmo após a descolonização ter atingido seu apogeu em meados do Século XX, se agora eles enfrentavam a calamidade e a vulnerabilidade, depois de reinseridos no capitalismo sob auxílio do capital americano teriam uma certa obrigação de legitimar os Estados Unidos como superpotência e de suas instituições como instâncias capazes para a manutenção da paz, da justiça, da democracia e de todos os outros valores ocidentais.

Mas não podemos, enquanto cumprimos o papel de promotores da educação decolonial deixar de destacar em como era importante manter qualquer resquício de poderio pela Europa Ocidental, além de garantir a ponte para que os Estados Unidos expandissem suas esferas de influência em antigas colônias, ou seja um papel coadjutor no bloco ocidental, havia um prestígio em fazer parte do primeiro escalão nessas instâncias, a maioria dos chefes de instituições como Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), cuja participação era obrigatória pelas nações que acessavam fundos de reconstrução e que era e ainda é um símbolo de reconhecimento como país desenvolvido na perspectiva das métricas capitalistas, ONU, OMC (Organização Mundial do Comércio), OMS (Organização Mundial de Saúde) etc. Eram europeus ocidentais e isso precisa ser levado o debate em sala de aula como forma de tentar incomodar os nossos estudantes e fazer estes refletirem sobre os mecanismos de manutenção usados pelo Ocidente para se manter sob poder e controle da narrativa. Isso não está em nenhum livro didático.

Basicamente, uma educação decolonial diferencia-se pois se explicita no processo de ensino-aprendizagem os impactos dos Estados Unidos no avanço sob uma Europa Ocidental, outrora poderosa e agora vulnerável e voraz por realçar sua hegemonia no mundo para buscar garantir que estes legitimassem como uma nova superpotência e cujo líder da nova ordem global que nasceu. Se ser membro da Organização das Nações Unidas era uma forma de demonstrar comprometimento com a paz mundial e ser membro da

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico era um sinal de desenvolvimento capitalista de um país, assim subsequentemente com outras instituições, a Guerra ideológica surge como um reavivamento da mesma narrativa e não um conteúdo totalmente novo, na verdade ela é resultado de uma política de continuidade do que o Ocidente moderno agora enfraquecido não pode sustentar, e que Harvey (2004) descreve como o Novo Imperialismo.

Mas para os Estados-nação ocidentais e considerados desenvolvidos haverá a segurança de fazer parte do primeiro escalão de aliados americanos na Organização do Tratado do Atlântico Norte, um conjunto de extensões do exército americano na Europa onde é necessário ser considerado uma democracia pelos aliados americanos e ceder uma parte considerável do orçamento anual para gastos com defesa, na verdade como um instrumento militar de dissuasão contra os inimigos.

“Cria-se aqui uma base para desenvolvimentos geográficos desiguais, lutas geopolíticas e diferentes formas de política imperialista. O imperialismo não pode assim ser entendido sem que primeiro lutemos com a teoria do Estado capitalista em toda a sua diversidade. Estados diferentes produzem imperialismos diferentes, como foi tão óbvio no caso dos imperialismos britânicos, francês, holandês, belga etc. entre 1870 e 1945. Os imperialismos tais como os impérios, apresentam diferentes contornos e formas.” (HARVEY, 2004, p. 149)

Um exemplo disso é o pacto de defesa recíproca entre as nações participantes do tratado, é mais um mecanismo usado pelos americanos para controlar as narrativas de suas polêmicas intervenções militares, como a Invasão do Território Cubano, a Guerra na Coreia e no Vietnã, só para citar alguns exemplos. Essa nova Ordem geopolítica que surge a partir da ascensão dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e suas nuances pouco exploradas na educação tradicional mascaram a continuidade do mesmo imperialismo, ainda que renovado, que anteriormente levou as Grandes Navegações e a colonização do mundo além da Europa Ocidental através da narrativa de superioridade ocidental, as Nações Unidas, a OCDE e a OTAN só são considerados organismos capazes de pacificar o mundo e desenvolvê-lo socioeconomicamente pois foram, em sua gênese, modelos americanos e capitalistas para promover sua ideologia e proteger seus interesses e de seus aliados de sérios problemas que eles causaram ao redor do mundo, isso tudo é feito através de forte propaganda contra seus rivais mas de uma forma igualmente muito discreta sobre as intenções que os Estados Unidos tem de obter o poder, quase que ocultamente, mas só quase, cabe o esclarecimento.

Para fechar esses grandes parênteses que precisavam ser feitos sobre a nova superpotência ocidental, também não podemos nos esquecer que o Brasil após a Segunda Guerra Mundial, onde escolheu por muito pouco lutar ao lado dos aliados e não do eixo, baseava sua subestimada e igualmente bem-sucedida relação geopolítica através de um modelo de diplomacia que Lima (2018) chama de Responsavelmente pragmática, inaugurada na gênese de organizações internacionais como a ONU e suas subsidiárias (OMC, OMS, UNICEF etc.) e defendida pelos pioneiros da diplomacia contemporânea brasileira como uma forma de proteger os interesses nacionais, algo muito presente no discurso do Ministério das Relações Exteriores até a atualidade, na verdade se baseia pela falsa ideia de que um país pode sobreviver a Guerra ideológica (contextualmente a Guerra Fria, ainda que em outros momentos haja outros conflitos do gênero) sem ter um lado

definido, no caso brasileiro ficou bem claro desde o começo que a influência americana se fez mais forte, como o incentivo de sua Agência de Inteligência na implantação de uma ditadura cívico-militar ultraconservadora em 1964 (além de casos semelhantes ao redor da vizinhança latino-americana) e um forte interesse em participar do processo de estabilização monetária e políticas neoliberais a partir da segunda metade dos anos 1990. Apesar de ser obviamente um erro acreditar que o Brasil, ou qualquer país, possa ser minimamente neutro em suas relações geopolíticas, isso é publicamente promovido pela educação e pela mídia nacional, também cabe a educação decolonial reforçar que as relações entre os Estados não são justas quando são construídas ao preço do silêncio dos erros do mais forte e não são pacifistas quando só se intervém após violações dos direitos internacionais da soberania de um povo, ainda que implícito me parece ser o caminho brasileiro, é preciso saber equilibrar a defesa dos interesses nacionais ao passo em que se cobra pela justiça.

“A política externa de um país como o Brasil não poderia ser outra senão autônoma, universalista e de alcance global. Essa concepção abrangente beneficiar-se-ia, como acontece no Itamaraty, de ideias e posições de períodos anteriores. (...) As circunstâncias internas e externas não facilitavam a realização desse projeto. Prevalecia a Guerra Fria, o mundo estava dividido em blocos com interesses e perspectivas inconciliáveis. A ordem econômica era verticalizada.” (LIMA, 2018, p. 14)

Dois – A substituição da educação formal pelas mídias sociais: a vulnerabilidade de estudantes e as possibilidades de desconstrução em perspectiva crítica decolonial

Falar sobre neoliberalismo é falar sobre a evolução do capitalismo, de sua primitividade e gênese burguesa após o fim da Idade medieval passando pela Revolução industrial e chegando na globalização, informatização e na fase atual, Oliveira (2003) relata bem esse processo, a questão é cada uma dessas fases capitalistas é marcada por uma ruptura e no caso do neoliberalismo é, na minha opinião, justamente esse apego ao sentimento de superioridade ocidental de que tanto falamos nesse trabalho em uma sociedade informacional, conectada pelas mídias de informação instantânea. Para além do elemento econômico, que é evidenciado pelas crises do petróleo (um símbolo do sucesso capitalista) nos anos 1970 e pelos últimos grandes movimentos que levaram a independência de regiões estratégicas para a continuidade da manutenção das fortunas nacionais ocidentais, fortemente mantidas através da exploração, o neoliberalismo tenta ocupar mais discretamente as camadas sociais das nações que se revoltaram e libertaram do imperialismo através da presença de capital que sequestra o desenvolvimento, uma vez que ele sai os Estados nacionais não tem condições de manter a infraestrutura que eles mante, e condiciona ao oferecimento de força de trabalho, obstruindo a possibilidade da população de pressionar por melhores condições para aqueles que o exploram pois acreditam que é melhor assim, temos vários casos de como a vida das pessoas mudou com a retirada de capital ou de polos de produção por grandes empresas de regiões do oriente e sul global, as pessoas e suas instituições se tornam reféns das vontades e interesses do grande capital, sempre precisando contribuir para sua acumulação.

“Mais complexa apresentava-se a questão da centralização necessária ao financiamento do bloco de investimentos da industrialização, e o que deve ser analisado é não somente como o capital centralizado tornou-se disponível, mas também sua origem. (...) Tratava-se, portanto, de desviar excedentes financeiros das atividades tradicionais e centralizá-los para tornar possível o bloco de investimentos da industrialização.” (OLIVEIRA, 2003, p. 222)

Mas o neoliberalismo também tem seu elemento mais político, que não é apenas representado fidedignamente pelos lobbys, ainda que eles sejam bem ilustrativos, existe toda uma penetração nas camadas mais internas das instituições, através de diferentes mecanismos de pressão contra os Estados nacionais, para garantir aliados liderando instituições, especialmente aquelas que tratam de regulação dos setores envolvidos, e eleição de candidatos alinhados à defesa de projetos favoráveis ao setor produtivo, ainda que em detrimento dos trabalhadores ou do meio ambiente por exemplo, mas a pressão exercida não se trata apenas de fazer da população uma massa de manobra em ocasião crises socioeconômicas provocadas de defender seus interesses mas também de garantir a aprovação por “vias institucionais”, aprovando legalmente leis ou garantindo déficits de empresas estatais e através de concorrência desleal para promover discursos favoráveis à sua desestatização. Isso é uma realidade muito visível nos processos de redemocratização da América Latina, especialmente nos anos 1980 e 1990, ou nas primeiras décadas de independência na África, outro ponto de contato entre as experiências no mundo inteiro é a forte presença do capital ocidental, majoritariamente americano, mas dependendo do caso também com forte presença de ex colonizadores, que torna a construção de infraestrutura e políticas de qualidade de vida possíveis apenas para aqueles que se submetem aos seus interesses.

Os pesquisadores da área da educação no mundo todo promoveram ao longo dos anos 1970 e 1980 um debate fervoroso sobre a utilidade dos modelos tradicionais de organização do conteúdo escolar em meio à guerra ideológica entre o bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos e apoiado pela Europa Ocidental e o bloco oriental liderado pela União Soviética e, conseqüentemente, o avanço de novas formas de reprodução do capital no espaço e os questionamentos às mesmas, isso ocorreu em todas as áreas do conhecimento, mas no Brasil prevaleceu, muito longe de qualquer unanimidade.

O entendimento de que a educação tradicional ou conteudista era focada em habilidades necessárias para alcançar o retardatário capitalismo industrial, defendido como objetivo de um projeto nacional de desenvolvimento iniciado nos anos 1950 com o governo do Presidente Juscelino Kubitschek e que perdurou por toda a política econômica da ditadura cívico-militar (1964 – 1985), essas habilidades incluíam a memorização de informações técnicas, pouca (ou melhor, nenhuma) reflexão sobre questões históricas ou sociológicas e comportamento mecânico do cidadão que limitava ações críticas no âmbito político ultraconservador que vigorava mesmo em momentos de democracia, isso viabilizaria um modelo de produção fordista que deveria sustentar, especialmente através de capital externo, a transição econômica de um país predominantemente ligado ao agrarianismo vigente desde a época colonial para uma sociedade moderna do ponto de vista capitalista, ou seja, urbana e industrializada.

Mas a superação do sonho de industrialização da economia brasileira veio junto a redemocratização e desmilitarização institucional no final dos anos 1980 junto a constatação de que o nosso país passou por um processo de urbanização acelerada pouco ou nada associada a infraestrutura industrial, na verdade, o caso brasileiro só fortaleceu

as elites agropecuárias, especialmente do Nordeste, foi um processo de convencimento que os latifundiários usaram para promover o auge do êxodo rural, concentrar em seus latifúndios as terras deixadas pelos camponeses e se apropriar do trabalho destes camponeses nos empregos urbanos dos grandes centros ou em grandes projetos de infraestrutura voltada para o capital, como grandes estradas no interior do Brasil, isso é defendido por Santos (1993) e Portela e Vesentini (1988), isso também explica o fato de grande parte do inchaço urbano brasileiro durante o ápice do êxodo rural ter sido sustentado pela migração de camponeses, majoritariamente nordestinos.

O Brasil, bem como o resto mundo, sofreu mudanças radicais em sua estrutura socioeconômica e no estilo de vida na metade final do Século XX, inspirando um conjunto de pesquisadores da área de ensino e educação, especialmente o famoso advogado brasileiro Anísio Teixeira, que apontaram então a necessidade adotar uma nova estrutura organizacional para o sistema de ensino nacional, e esse modelo proposto atende as novas formas de reprodução do capital no espaço percebidas naquele momento histórico (um capitalismo bancário neoliberal), baseada em competências que precisam ser alcançadas e em que etapa da educação elas precisam ser atingidas para que um cidadão seja considerado apto para frequentar os diferentes espaços da sociedade acompanhada de rigorosos testes de suficiência com parâmetros estabelecidos por organizações internacionais baseadas em moldes ocidentais, aquelas mesmas que tratamos no capítulo anterior, essa teoria curricular é chamada por Lopes e Macedo (2011) de perspectiva progressivista e dialoga parcialmente com o Movimento da Escola Nova.

Assim como Teixeira e tantos outros pensadores latino-americanos que foram inspirados pelo pedagogo americano John Dewey, onde se defende a educação como uma instituição feita por pessoas com experiências e necessidades particulares que precisam ser pensadas no processo pedagógico para atingir os objetivos previstos, apesar do capital não ser considerado o centro da formação educacional do futuro trabalhador nessa perspectiva, como podemos enxergar nos modelos tradicionais, nesta vertente do pensamento educacional desempenha nos primeiros modelos curriculares brasileiros um papel importante na forma como o espaço geográfico, objeto que aqui nos interessa, é fortemente influenciada pela ideia de uma educação que ofereça pelo menos o mínimo para garantir o ingresso daquele indivíduo aliena-se ao mercado de trabalho e ingresse na sociedade de consumo, apreenda que o desenvolvimento socioeconômico do nosso país está intrinsecamente atrelado ao comportamento do capital, portanto, se os investimentos se concentram no centro-sul brasileiro é porque ali se encontram as características necessárias para garantir o desenvolvimento da nação e deve se valorizar isso, há um desprezo as características físico-naturais e as potencialidades das regiões Nordeste e Amazônia desde a formação escolar.

Os primeiros currículos educacionais brasileiros de alcance territorial nacional foram os Parâmetros Curriculares Nacionais, já nos anos 1990 e durante um estágio avançado de implementações econômicas neoliberais no país e já começa a haver críticas a corrente de pensamento Neopositivista (hegemônica naquele momento) na academia da Geografia do mundo inteiro, em uma tentativa de abandonar completamente os modelos tradicionais e seus reavivamentos que fracassaram ao tentar esboçar uma verdadeira modernização através de metas inflexíveis e impostas pela ordem geopolítica estabelecida verticalmente, ou seja, eles foram acompanhados de uma série de objetivos institucionais na educação que precisariam ser alcançadas em razão de sua implementação, uma visão mercadológica do espaço educativo, do trabalho docente e do processo de ensino-aprendizagem. Mais uma vez, isso não foi um caso particularmente brasileiro e na verdade se mostrou em uma estratégia muito eficaz daquelas instituições e organismos

internacionais que os Estados Unidos haviam criado décadas antes, após o fim da Segunda Guerra, e que foram usados como instrumentos para descobrir quais Estados estavam se dedicando para seguir as regras por eles impostas e comprometidas com o bloco ocidental capitalista. Entrava a partir desse novo capitalismo bancário uma nova metodologia por parte das potências ocidentais de dissuadir as nações à entrarem em conflitos de qualquer natureza, especialmente após o caso vietnamita na década de 1970, que foram os grandes embargos comerciais e bloqueios de ativos relacionados a pessoas ou instituições que se opunham a seguir os modelos de administração nos moldes defendidos pelo Ocidente através de suas instâncias para pressioná-los. Isso também é pouco tratado nos materiais didáticos que analisei ainda que seja uma temática tão atual mesmo depois de tanto tempo e reflete um *modus operandi* ocidental de atualizar suas táticas a partir de novos contextos histórico-econômicos.

Havia recompensas para os Estados que perseguissem submissamente as metas estabelecidas e, inclusive a oportunidade de ganhar selo de país desenvolvido se atingissem resultados esperados por esses organismos, como convites para integrar a OCDE e melhores condições para conseguir crédito estrangeiro (agências de avaliação, majoritariamente americanas) no Banco Mundial, no Fundo Monetário Internacional e grandes bancos privados internacionais, como se declarassem ao capital que um país é desenvolvido e estável para se fazer negócios e receber investimentos, os nossos materiais didáticos geralmente introduzem no Ensino de Geografia e de outras ciências humanas no Brasil um conjunto de informações, basicamente são métricas usadas internacionalmente para avaliar os estágios de desenvolvimento de um país como coeficiente de GINI ou IDH por exemplo, sempre criando a sensação de que o Brasil bem com outros países emergentes precisavam alcançar os níveis de países considerados desenvolvidos, que eram o Ocidente, perseguindo as metas estabelecidas pelos mesmos e impondo um discurso racista e xenofóbico contra países que muitas vezes estavam completamente excluídos do mundo capitalista porque, aqui invoco Fröbel, Heinrichs e Kreye (1980), as elites escolheram aquela região para desempenhar um papel na divisão internacional do trabalho que não exigia grandes investimentos que tivessem algum impacto na qualidade de vida (visão capitalista desta) ou jamais permitiria qualquer tipo de desenvolvimento, essa imposição do subdesenvolvimento era a garantia de que aquela nação permitir-se-ia continuar exercendo seu papel em meio as desigualdades que sustentam o capitalismo e os capitalistas. Essa é uma visão comum entre os que eram estudantes naquela época, tendo se tornado um senso-comum que foi transmitido para as novas gerações e é algo apontado pelos meus supervisores de estágio durante a graduação como uma das grandes dificuldades no ensino de geopolítica, a desconstrução desse determinismo socioeconômico para nações prejudicadas nessa ordem atual, mais tarde abordaremos este tópico com mais calma.

A própria geopolítica daquele contexto histórico garantiu que esta visão não fosse apenas parte da defesa ideológica capitalista da indústria de materiais didáticos brasileira, que vale ressaltar é uma instituição comandada por grandes detentores de capital, mas também uma visão acadêmica presente no discurso do corpo docente da educação básica brasileira e usada no ambiente formativo, tal qual se valoriza a região Centro-sul por ser a mais urbana, industrializada e moderna do país e, portanto, mais parecida com o Ocidente, enquanto a região Nordeste e a região Amazônica são retratadas como as regiões mais pobres e mais exploradas pela Nova Divisão Internacional do Trabalho, há privilégios para a retratação de eventos de enaltecimento da ideologia capitalista com uma crítica fraquíssima (e instituída em nome da neutralidade que inexistente) como os marcos históricos da Queda do Muro de Berlim através da reunificação alemã em 1989 e o fim

da União entre as repúblicas socialistas soviéticas em 1991, uma das experiências socialistas mais maduras vividas até a atualidade, alguns dos símbolos do fim guerra ideológica onde se subentende vitória do bloco ocidental, temas de caráter geopolítico muito explorados, talvez os mais tratados justamente com os abordados anteriormente por este trabalho em seu primeiro capítulo, enquanto me parece que os materiais didáticos brasileiros tem dificuldade em abordar o Vietnã como vencedor da Guerra travada contra os Estados Unidos ou os impactos políticos e econômicos dos processos de independência na África, na Ásia e na América Latina para as antigas metrópoles europeias, que dependiam muito da exploração desses povos e territórios para manter seu status, mas o pior é que é uma dificuldade que os próprios docentes relatam ter. A curricularização neoliberal absorve todos esses elementos como narrativa implícita de vitória do bloco ocidental capitalista e se aproveita em todos os casos, mais uma vez, da vulnerabilidade dos Estados em um momento de adaptação à nova ordem geopolítica que nasce para criar sua narrativa.

Ainda que haja muitas questões a serem levantadas em meio a todo esse contexto que se desenha dentro dos meandros acadêmicos do pensamento geográfico, geografia política e do ensino de geografia desde a primeira metade do século XX, uma visão crítica e consistentemente capaz de se vocalizar a contra hegemônica só se fará presente a partir dos anos 1970, em nível mundial e no Brasil, com a volta de cientistas exilados. A grande questão, que para mim apresenta como conclusiva para esta linha de raciocínio, é que tanto para a Geografia Positivista Clássica quanto para a Geografia Neopositivista, resguardado suas óbvias diferenças, apresentaram mesmo em um país de raízes coloniais como o Brasil, mas também em nível estratosféricamente maior nos países ocidentais, um apreço pelo eurocentrismo, ou como eu me esforço para problematizar aqui como um sentimento de superioridade ocidental, e fizeram deste base para a formação escolar de gerações do nosso país de desprezar o imperialismo como base de todos os principais problemas de natureza socioeconômica e de representação política que sofremos até a contemporaneidade, isso é visível em Moraes (1991) e Del Gaudio (2003). E se não houve uma Geografia Crítica desde este difícil contexto para a formação do ensino de geografia no Brasil, então agora precisamos entender quando há uma problematização contra a hegemônica Geografia Neopositivista nesta academia e como isso se conecta com o ensino dos grandes marcos históricos da humanidade de âmbito geopolítico da segunda metade do século XX e do começo do século XXI, marcada por ainda mais intensas transformações tecnológicas no mundo e um novo choque geopolítico mesmo após o fim da Guerra Fria, agora impulsionada por um corrida de quem garante mais políticas liberais, inclusive na educação.

“O fato central é: qualquer colônia é o resultado de uma conquista territorial. Esta é um espaço novo, na perspectiva do colonizador. Um espaço ganho na natureza, de outros povos e de outros Estados. Uma adição de terras no fundo territorial sob sua soberania. Por isso a determinação básica da colônia é a conquista, entendida aqui como uma relação específica entre uma sociedade que se expande e as pessoas, recursos e áreas dos lugares onde se exercita essa expansão. A violência e a expropriação são dados irredutíveis desse processo, variando em grau mas sempre presente em suas manifestações.” (MORAES, 1991, p. 363)

O que apreendemos de toda essa situação, sem sombra de dúvidas, é o papel crucial que as elites detentoras do capital sempre tiveram sobre a educação, fazendo dela um espaço formativo para o trabalhador que eles buscam e não para um cidadão pleno que também colabora através de sua força, isso é importante não apenas por corroborar com a minha visão crítica sobre o espaço escolar e o trabalho educativo, mas porque é através dessa estrutura que se cria desde a mais tenra idade uma visão de normalização das desigualdades, da exploração do trabalhador pelo capital e da necessidade de que grandes potências ocidentais continuem intervindo, como sempre fizeram ao longo da modernidade e contemporaneidade, para garantir nosso pleno desenvolvimento, em grande resumo o que eu captei ao desenvolver esse projeto é que não basta desconstruir as instituições de opressão colonial e se apropriar delas para criar uma nova ordem social e geopolítica mas sim construir nossas próprias.

No meu processo de análise dos últimos materiais didáticos selecionados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), bem como nas conversas que tive com os profissionais já formados que tive o privilégio de atuar conjuntamente nas minhas experiências como estagiário e extensionista na educação básica, para além do choque que já mencionei ter tido ao ver a dificuldade que existe em relatar com criticidade e decolonialidade os eventos que marcaram a guerra ideológica e seu respectivo fim, percebi como nós mesmos não temos dimensão da capilaridade existente no discurso de superioridade ocidental, questão que também já abordei, o que é novo portanto é como não se trata de algo apenas institucional ou estrutural mas é algo que psicologicamente é indissociável da nossa realidade enquanto pessoas cuja formação ocorre dentro do âmbito de uma ex-colônia, isso vai sendo passado de geração em geração, totalmente normalizado. No parágrafo anterior eu mencionei sobre superar as instituições com moldes coloniais porque usá-las quando se tem a intenção de descolonizar seria hipócrita, mas quando falamos de educação crítica e decolonial não estamos pensando radicalmente como posso ter dado a entender em um primeiro momento. Já temos experiências, muito bem-sucedidas, de como implementar a decolonialidade.

Para finalizar voltamos à Del Gaudio (2003), pois gostaria de refletir sobre algo que vivi conturbadamente no primeiro semestre da graduação como estudante do curso de Geografia, e acho que encontrarei pessoas que compartilham o sentimento, e seria a dificuldade de entender a ideia de superação dos Estados-nação assim como foram tão bem propostos por Raffestin (1993), acredito que por não ser parte da minha vivência enquanto integrante desta academia, até mesmo meu nascimento se deu alguns anos após estas discussões, mas sabe o que é bem pertencente a essa narrativa, uma visão neoliberal de capital livre em fronteiras fluídas, ingressas bem em um contexto histórico onde se buscava uma forma de pensar o território através da visão hegemônica no mundo, mas para a autora cabe ao professor pensar no Estado-nação como uma entidade fruto do resultado desse pensamento e não se deixar levar pela visão proposta pela hegemonia porque é justamente assim que se colabora, ainda que indiretamente, para essas narrativas. E eu concordo, em uma educação decolonial, precisamos ser ambivalentes ao falar da fronteira ao passo em que criticamos sua imposição pelo imperialismo também criticamos sua superação conceitual como forma de permitir um avanço capitalista, e qual é a crise que eles provocam quando sua narrativa não se capilariza pela sociedade? Os espaços digitais, representação dessa ideia, pois se para muitos a virada do milênio seria marcada, no âmbito da academia da Geografia, pela nova ordem geopolítica do “capitalismo evoluído” e pelo fim das fronteiras, foi na verdade, foi marcado pela popularização da internet e de todos os seus males em uma sociedade que ainda não havia entendido os

impactos que o capitalismo e o imperialismo haviam deixado nas relações entre os Estados nacionais durante a modernidade e perdurados na contemporaneidade.

“É fundamental que se reconheçam os processos segregadores e excludentes que formataram os sistemas político e educacional e suas formas de legitimação de conhecimentos e epistemologias, de forma a resgatarmos, desocultarmos e legitimarmos outras formas de educações porque reais, porque diversas, porque legítimas.” (FULY, 2022, p. 31)

Este trabalho se interessa por entender como os estes sentidos comuns foram construídos a partir de um processo de ensino-aprendizagem conduzido pela mediação pedagógica com perspectiva tradicional em um passado não tão distante utilizando-se destes materiais didáticos que analisamos e podemos perceber que os conceitos geopolíticos foram abordados com nenhuma criticidade, pudemos ver que esta perspectiva na verdade pregava neutralidade na tratativa dos assuntos e os impactos dessa formação refletem em uma sociedade que atualmente tem, na minha visão, antecipado o processo formativo do discurso dos jovens, especialmente através das redes sociais, eles cultivam certa certeza devido à conteúdo que aborda, sem rigor acadêmico, o contexto das relações políticas e diplomáticas se apropriando de um estilo e linguagem chamativa que dão maior legitimidade, como se convencessem estes., esse seria o diferencial em comparação com o ambiente escolar, a facilidade com o qual se acessa e pressupõe entender questões complexas para os estudantes em um difícil momento para a problematização dessas questões, os estudantes acreditam em discursos fáceis para solucionar a falta de vigor na manutenção da paz mundial de instituições multilaterais (o crescente e perigoso nacionalismo), conflitos militares cada vez mais violentos (intervenções militares ocidentais) e as ondas dos mais variados preconceitos (especialmente a xenofobia e a intolerância religiosa). Sua autoconfiança não são o problema, mas a sua certeza e validação em um mundo altamente conectado pelas mídias digitais e aparelhos eletrônicos tem consequências graves, cabe a educação assumir uma perspectiva crítica e decolonial para tentar reverter essa condição que presumo.

McCrindle (2010) foi uma das mais importantes leituras que fiz, me fez refletir como a educação e o processo de ensino-aprendizagem, não apenas a brasileira obviamente, da geração Z ocorreu em um ambiente permeado pela ansiedade e pela instantaneidade, há muito nossos colegas das Academias de Ciências Sociais e Psicologia discutem como os ambientes digitais impactaram a nossa vida e as nossas relações, mas nada se compara a forma como o acesso à informação foi garantido, para o bem ou para o mal, nós crescemos com aparelhos que nos permitiram fazer cálculos antes das nossas primeiras aulas de matemática e inauguraram uma nova forma de linguagem própria, muitas vezes só compreendidas por quem tem pouca idade, mas crescer ali também deixou uma geração inteira vulnerável a conteúdos, que só mais recentemente foram tratados como problemas, que hoje conhecemos como desinformação.

O problema é que esses conteúdos são produzidos, na esmagadora maioria das vezes, a partir de sentidos comuns e sem nenhum rigor acadêmico-científico, esses conteúdos são pensados para serem rápidos, interessantes e com um forte apelo para divulgação, através de algoritmos, quando esses materiais são publicados nas grandes mídias (redes sociais) e carregam desinformação é muito difícil conter essa narrativa, isso fez com que eu presenciase em mais de uma ocasião estudantes defenderem informações incorretas e afirmarem que haviam se informado através da internet, isso é um fenômeno que cada

vez mais nos expõe a necessidade de mediar pedagogicamente com bastante zelo e em perspectivas críticas que permitam que o estudante possa ouvir e entender a informação correta, Duarte (1998) já dizia isso. Sim, existem muitos produtores de conteúdo que tem se preocupado em transmitir informações corretas, mas nada pode substituir o trabalho educativo e isso tem sido perigosamente se tornado algo além da exceção recentemente, nós já sofremos com uma curricularização neoliberal na educação formal e agora precisamos lutar pela defesa dos meios formais da educação.

O fato destes conteúdos digitais serem rápidos e, como mencionei anteriormente, com linguagem simples se comparada a usada no ambiente escolar associados ao fato de conseguirem acessar qualquer jovem que tenha um aparelho eletroeletrônico e conexão de rede precisa ser uma preocupação de nível superior para o trabalho educativo, primeiramente porque nós não podemos abdicar do rigor que usamos para transmitir informações verdadeiras. Ao caminhar pelos principais eventos históricos do século XX que se tornaram tópicos de interesse no ensino de geopolítica nos materiais didáticos brasileiros nas últimas 4 décadas, como pudemos ver na análise dos materiais didáticos, precisamos mediar ainda que em vias de debate com nossos estudantes e com as limitações dos materiais disponíveis toda a criticidade necessária para a perspectiva decolonial, precisamos mostrar os incômodos que existem em um mundo onde as relações geopolíticas foram construídas pelo imperialismo.

Resultados

É sempre bom mencionar que mesmo sendo uma avaliação óbvia, mas os materiais didáticos cumprem com as habilidades propostas pela política educacional neoliberal de curricularização, no nosso caso a BNCC (2018), até porque existe todo um mercado de livros didáticos institucionalizado pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), cuja participação só é possível ao seguir as diretrizes impostas pela própria lei educacional, os conteúdos que foram priorizados estão sob a narrativa ocidental, em Choppin (2004) ele aponta como durante toda a sua existência enquanto metodologia, e com certeza inspirou o processo de curricularização educacional. Houve tentativas ingênuas de (mascaradamente) frear os impactos deste ao trazer legislações adicionais para que houvesse alguma atenção para as questões relativas aos Estados-nação não ocidentais, incluindo o próprio Brasil, mas ainda assim não foram capazes na minha opinião de mostrar concretamente as nuances que viabilizariam a criticidade sobre a geopolítica brasileira e suas relações no mundo, e a análise demonstrou isso em seus resultados, aportar adequadamente questões sobre o impacto geopolítico ainda havendo uma prioridade intensiva em favor das potências ocidentais.

Destaco as habilidades 7, 8 e 9 para os alunos do oitavo ano do ensino fundamental sempre tem os estadunidenses como base e isso reflete de forma muito ilustrativa nos materiais, todos trabalham a narrativa desta potência ocidental como base e depois apresenta uma versão dos fatos na visão do Brasil e de outras nações, sempre muito brevemente, esse *modus operandi* foi unânime. Enquanto as organizações internacionais trabalhadas na maioria dos livros, como trata a habilidade 6 do oitavo ano do ensino fundamental, as instituições sempre têm um papel crucial para a manutenção da paz mundial desde sua origem, mas pouco se fala sobre os conflitos militares causados pelas

potências quando estas se justificam pelos princípios de paz, democracia e justiça, não há nenhuma crítica nessas partes dos materiais didáticos.

A própria redação das habilidades 1 e 5 para alunos do nono ano do ensino fundamental é um bom exemplo de como há o termo crítica ou, no caso, criticamente é só figurativo, os materiais analisados abordam de forma contemplativa sem nenhuma crítica direta aos eventos, em um dos materiais a Guerras do Vietnã ´é considerada uma vitória dos Estados Unidos, explicitamente, no mesmo material a Coréia é representada pelo termo “empate ideológico”. Ou seja, induz a crença de que esses conflitos são sobre a capacidade estadunidense de promover sua ideologia e não como um conflito militar marcado por um contexto local imposto pela guerra ideológica com resultados fatais.

A habilidade 6 para alunos do nono ano do ensino fundamental é trabalhada sem discutir, em nenhum dos materiais, os impactos da divisão colonial ocidente e oriente para a estruturação de pelo menos da próxima ordem geopolítica (hegemonia estadunidense), nenhum dos materiais reflete sobre como essa divisão é parte de uma narrativa que visa dar continuidade ao poder desse grupo de nações consideradas ocidentais e rivaliza diretamente com o oriente, especialmente em um momento de ascensão de uma Estado-nação moderno oriental, a República Popular da China, que põem em risco a hegemonia ocidental, a BNCC nem dá indícios de conduzir essa discussão de forma crítica como fez, ainda que só no papel, com outras habilidades.

A única habilidade do ensino médio que eu tive condições de selecionar diante do cenário ainda mais complexo em que me inseri, (EM13CHS102), e o único livro com o qual tive contato dificultam qualquer definição, mas a obra em questão parece apontar para uma crítica maior em sua redação para as questões propostas (etnocentrismo e racismo mais especificamente na modernidade), cumprindo melhor com a colaboração de um discurso crítico, mas a falta de outras obras para contrapor se fez um empecilho para saber como o PNLD conduziu a seleção das obras para esta etapa da educação básica. Se for parecido com a seleção de obras do ensino fundamental, de fato, caminhamos para um cumprimento da BNCC e haveria um longo trabalho de mediação dos conhecimentos sob a perspectiva decolonial para alcançar a proposta deste trabalho.

Com base na análise crítica em perspectiva decolonial, de fato, os materiais não atendem a visão por nós defendida e, portanto, é dispensável mencionar que precisam ser reconsiderados como estratégia elementar, sempre sendo usados com bastante cautela e releitura, através da mediação pedagógica presente constantemente.

Considerações finais

Este trabalho, portanto, quer problematizar o papel negativo formativo da desinformação que amputa a oportunidade da escola de exercer o trabalho educativo no âmbito do conhecimento geopolítico, e demonstrar que mesmo institucionalmente os materiais disponíveis precisam da mediação do docente. Em um mundo marcado pela onda de nacionalismo, negacionismo e de preconceitos como xenofobia e racismo, especialmente entre as pessoas mais jovens, que ao acessar esses conteúdos por meio de espaços digitais

se vem convencidos que essas informações que julgam ser verdadeiras a única saída é a resistência dos meios formais de educação, estamos falando de um espaço pouquíssimo regulado pelas autoridades (coisa que tem acontecido muito recentemente) e que tem servido de lar para desinformação transmitida para as pessoas mais vulneráveis, as que nem tiveram acesso a qualquer forma de instrução escolar pela pouca idade, a geopolítica é um exemplo muito expressivo de como as pessoas podem se ver convencidas de falácias e este autor defende que é na educação que devemos intervir, com perspectiva crítica, decolonial e rigor acadêmico-científico, mas sempre atentos para que nossos estudantes estejam sempre ouvintes e atentos, o interesse deles pelo esclarecimento será crucial para vencer esses duros paralelos que existem no caminho.

Referências

- AMORIM, E. S. **Educação decolonial: saberes e práticas de professores em assentamentos de reforma agrária no Maranhão**. São Paulo: Editoria Dialética, 2025. 382 p.
- BRANCO, A. L. PRADO, B. CAMPOS, E. **Teláris Essencial: Geografia (8º ano do ensino fundamental)**. São Paulo: Editora Ática, 2024. 348 p.
- BRANCO, A. L. PRADO, B. CAMPOS, E. **Teláris Essencial: Geografia (9º ano do ensino fundamental)**. São Paulo: Editora Ática, 2024. 332 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional do Livro Didático**. Brasília, 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional do Livro Didático**. Brasília, 2026.
- CAMARGO, J. C. G. REIS JUNIOR, D. F. C. Considerações a respeito da Geografia Neopositivista no Brasil. **Revista Geografia**, Rio Claro: p. 355 – 382, volume 29 set – dez 2004.
- DEL GAUDIO, R. S. As concepções sobre nação e estado nacional em alguns livros didáticos de geografia para o ensino médio na segunda metade do século XX. **Anais do 7 encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia**, Vitória/ES, p. 504-515, 2003.
- ESTRUZIANI, B. M. B. **Jovens Sapiens Geografia (8º ano)**. São Paulo: Editora Scipione, 2024. 388 p.
- ESTRUZIANI, B. M. B. **Jovens Sapiens Geografia (9º ano)**. São Paulo: Editora Scipione, 2024. 388 p.
- EUROPE, 15th MARCH 1939: END OF CZECHSLOVAKIA. Omniatlas, 2019. Disponível em: <[End of Czechoslovakia | Historical Atlas of Europe \(15 March 1939\) | Omniatlas](#)>. Acesso em: 29 de Janeiro de 2026.
- FULY, T. **Que história você quer contar? Caminhos para uma educação decolonial**. Curitiba: Appris Editora, 2022. 135 p.

FRÖBEL, F. HEINRICKS, J. KREYE, O. **The New Internacional Division of Labour: Structural Unemployment in Industrialized Countries and Industrialization in Developing Countries**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. 444 p.

GUERRERO, A. L. MUNIZ, A. FERNANDES, M. **Jornadas Novos Caminhos: Geografia (8º ano do ensino fundamental)**. São Paulo: Editora Saraiva, 2024. 300 p.

GUERRERO, A. L. MUNIZ, A. FERNANDES, M. **Jornadas Novos Caminhos: Geografia (9º ano do ensino fundamental)**. São Paulo: Editora Saraiva, 2024. 300 p.

HARVEY, D. **O Novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 208 p.

LIMA, S. E. M. **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. 476 p.

LIMA, M. I. S. CARDOSO, T. V. B. O Ocidente como medida para todas as coisas: apagamento de culturas e saberes. **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências**. Volume 1. Edição 1. p. 547 – 561. 2021. Disponível em <[TRABALHO COMPLETO EV149 MD1 SA3 ID640 22032021165508.pdf](#)> acesso em 24 dez 2025.

LOPES, A. C. MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. 280 p.

MAPA DA EUROPA, Escola Educação, 2018. Disponível em: <[Mapa da Europa - Mapa político, mapa físico, mapa dos pontos turísticos](#)> Acesso em 29 de Janeiro de 2026.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI**. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09122022-112900/> Acesso em: 02 nov. 2025.

MCCRINDLE, M. WOLFINGER, E. **The ABC of XYZ: Understanding the Global Generations (English Edition)**. Kensington: University of New South Wales Press, 2010. 258 p.

OLIVEIRA, C.A.B. **Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. 272 p.

PORTELA, F. VESENTINI, J. W. **Êxodo rural e urbanização**. São Paulo: Ática, 1988. 32 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EdUSP, 1993. 157 p.

SENE, E. **Do seu jeito: Geografia**. São Paulo: Editora Ática, 2024. 512 p.

THOMAS, R. WILLIAMSON, S. H. What was the GDP then? **MeasureWorth**, 2019. Disponível em: <www.measureworth.com>. Acesso em: 29 jan. 2026.

VAISSE, M. **As relações internacionais depois de 1945**. ???: WMF Martins Fontes, 2013. 360 p.

VLACH, Vânia Rubia Farias. **A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. Acesso